



PAPÉIS QUE FALAM: A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O RACISMO INSTITUCIONAL NAS ESCOLAS A PARTIR DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Daniel Fernando da Silva Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS

RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão sistemática de literatura sobre a presença da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nas escolas brasileiras, com foco na análise das produções acadêmicas acerca da implementação da Lei 10.639/03 e sua inclusão dos projetos político-pedagógicos. A partir da articulação de estudos publicados entre 2020 e 2024, investigam-se as estratégias pedagógicas adotadas, a superficialidade com que o tema é tratado nos currículos e a inclusão desta temática nos projetos político-pedagógicos. A pesquisa revela que o racismo institucional ainda permeia o cotidiano escolar, manifestando-se na ausência ou fragilidade das ações voltadas à valorização da história e cultura afro-brasileira. Com base nas produções analisadas, este estudo aponta lacunas na efetivação de uma educação antirracista, reforçando a importância da formação continuada e da gestão democrática no enfrentamento das desigualdades raciais no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais. Racismo Institucional. Lei 11.645/2008. Gestão Democrática. Formação Docente.

1. INTRODUÇÃO

A promulgação das Leis nº 10.639/03 (Brasil, 2003) e 11.645/2008 (Brasil, 2008), advinda das reivindicações do movimento negro brasileiro, que tornou obrigatória o ensino de história e cultura afro-brasileira foi um marco legal importante para a luta antirracista e priorização da educação das relações étnico-raciais (ERER) no Brasil (Gomes, 2017). Entretanto, mesmo após a efetivação dessas leis, professores relatam dificuldade ao abordar esta temática no dia a dia de sala de aula, além de mencionarem pouco incentivo de formação continuada e materiais didáticos limitados aos que seguem uma historiografia eurocêntrica (Gomes; Jesus, 2013; Fontenele; Cavalcante, 2020; Chagas, 2017).

O presente estudo pretende compreender como estes desafios são tratados nas produções acadêmicas recentes, e como a gestão escolar discute sobre ERER em seus





IV SIMPÓSIO VIRTUAL DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIVERSIDADE

24 a 26 de novembro de 2025

SABERES, CIÊNCIAS
E TECNOLOGIAS
PARA A PROMOÇÃO
DA INCLUSÃO E
JUSTIÇA SOCIAL



documentos escolares tanto do ponto de vista curricular quanto nas relações raciais pertencentes aos ambientes escolares.

2. OBJETIVOS

Analisar como a literatura acadêmica recente tem discutido a implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na educação básica brasileira, buscando reunir, analisar e sistematizar os desafios, as práticas pedagógicas e formativas descritas, bem como as abordagens dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), do racismo institucional e da gestão democrática. Como objetivos específicos: Mapear as práticas pedagógicas e estratégias formativas voltadas para a ERER, presentes nas produções analisadas; Analisar como os Projetos Político-Pedagógicos e a gestão democrática são abordados nas pesquisas sobre ERER;

3. MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão sistemática de literatura. Entende-se por revisão sistemática uma modalidade de pesquisa que segue protocolos específicos e busca organizar logicamente um amplo corpus documental, de forma reprodutível e com alto nível de evidência científica (GALVÃO; RICARTE, 2020).

Com isso, as pesquisas analisadas foram selecionadas a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Google Acadêmico.. A busca e seleção dos trabalhos seguiu as seguintes etapas: (a) definição das palavras-chave, (b) delimitação do período de publicação (2020-2024), (c) seleção de dissertações, teses e artigos disponíveis gratuitamente, (d) aplicação de critérios de inclusão (foco em ERER, PPPs, racismo institucional, práticas pedagógicas antirracistas e gestão democrática na educação básica) e exclusão (trabalhos fora do escopo, duplicados ou não disponíveis integralmente em português). Após a coleta, utilizou-se análise de conteúdo de natureza qualitativa para categorização dos dados conforme os objetivos do estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da revisão, foi possível identificar 13 pesquisas que se enquadraram nos critérios de inclusão. Com isso, permitiu-se identificar categorias recorrentes de desafios





IV SIMPÓSIO VIRTUAL DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIVERSIDADE

24 a 26 de novembro de 2025

SABERES, CIÊNCIAS
E TECNOLOGIAS
PARA A PROMOÇÃO
DA INCLUSÃO E
JUSTIÇA SOCIAL



e práticas acerca da implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e da presença desses temas nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas. A tabela a seguir sintetiza as principais categorias extraídas das produções analisadas.

Tabela 1 - Quantidade de pesquisas por categoria

| Categoria/Temática | Quantidade de pesquisas | Resumo dos achados |
|---|-------------------------|---|
| Superficialidade/ausência da ERER nos PPPs | 10 | PPPs citam a lei 10.639/03, mas sem alteração real, abordagem restrita a datas ou projetos esporádicos. |
| Falta de interdisciplinaridade e continuidade na abordagem (ações pontuais/erro de centralização em história) | 7 | Ações pontuais em datas específicas (novembro), centralização nos professores de história, sem envolver outras disciplinas. |
| Formação insuficiente/ausência de formação continuada para docentes sobre ERER | 6 | Professores não têm formação continuada ou específica para o ensino da temática |
| Atualização e/ou revisão dos PPPs incluindo ERER (casos positivos) | 3 | Escolas atualizaram PPPs incluindo metas para ERER e práticas pedagógicas alinhadas; valorização positiva da diversidade |
| Ausência ou escassez de material didático adequado sobre ERER | 4 | Falta de materiais didáticos específicos dificulta implementação eficaz da temática |
| PPPs descontextualizados: ausência de diálogo com a comunidade/local | 2 | PPPs não dialogam com comunidade, não valorizam história local, currículo deslocado da realidade do aluno e do território |
| Baixa representatividade negra em espaços de gestão/PPPs elaborados de forma pouco democrática | 3 | PPPs elaborados por entes distantes (ex: secretaria de educação); pouca participação da comunidade escolar |
| Práticas inclusivas e valorização positiva da identidade étnico-racial | 4 | Políticas públicas desde a infância; literatura infantil para identidade positiva; letramento racial crítico |





IV SIMPÓSIO VIRTUAL DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIVERSIDADE

SABERES, CIÊNCIAS
E TECNOLOGIAS
PARA A PROMOÇÃO
DA INCLUSÃO E
JUSTIÇA SOCIAL

24 a 26 de novembro de 2025



| | | |
|---|--|--|
| (letramento, literatura infantil, políticas públicas afirmativas) | | |
|---|--|--|

Fonte: Do autor, 2025.

Os dados revelados pelo mapeamento dialogam diretamente com o referencial teórico adotado. Assim como aponta Souza (2024), a limitada participação da comunidade escolar na construção dos PPPs é um problema recorrente. A centralização dos processos decisórios em órgãos gestores, como secretarias de educação, e a falta de diálogo com a comunidade local perpetuam uma elaboração de documentos que não incorporam as demandas e especificidades do território onde a escola está inserida..

Essa prática reforça a crítica de Silva (2007), para quem o currículo é território de poder, e de Veiga (2013), que denuncia a reprodução da cultura dominante quando os PPPs se afastam das realidades locais e do protagonismo comunitário. O resultado disso, expressivo em dez pesquisas do mapeamento, é a abordagem superficial das questões étnico-raciais, limitada a datas comemorativas ou a projetos isolados. A cultura escolar pouco democrática e pouco inclusiva é perpetuada, deixando de cumprir seu papel de instrumento de reparação histórica e transformação social, como propõem esses autores.

Outro aspecto evidenciado pelo mapeamento é a carência de formação adequada dos docentes para tratar da ERER, presente em seis trabalhos, e a ausência de material didático específico, destacada em pelo menos quatro. Isso impede o avanço de práticas efetivamente antirracistas, corroborando a análise de Sodré (2023) sobre o racismo institucional. Para o autor, a persistência dessas lacunas e práticas ineficazes nas institui es educacionais   reflexo do racismo estrutural herdado do passado escravocrata, agora reproduzido de maneira institucional, mesmo sem respaldo legal explícito para tanto.

Dessa forma, fica evidenciado que, para que a educa o para as rela es étnico-raciais seja efetiva,   necessário romper com estruturas burocráticas, ampliar a participa o democrática e garantir forma o continuada e materiais adequados. S  assim será possível transformar os PPPs em verdadeiros instrumentos de combate ao racismo institucional e de promo o da justiça social nas escolas.





4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática revelou que, mesmo após a promulgação da Lei nº 10.639/03, a EREER ainda não está presente na prática docente. Os obstáculos para a sua efetivação ainda persistem, evidenciando que poucas ações têm sido feitas para a mitigação destes problemas. As produções acadêmicas analisadas demonstram que há uma dificuldade contínua por parte das escolas em integrar de maneira crítica a temática étnico-racial em seus objetivos pedagógicos. Problemas como a superficialidade do tratamento dado ao tema, a ausência de materiais didáticos adequados, a falta de formação específica para os docentes e a limitação da EREER a datas comemorativas continuam sendo recorrentes.

Observou-se também que o racismo institucional persiste operando nos espaços escolares, expressando-se tanto nos silêncios quanto nas abordagens superficiais e estereotipadas da história e cultura afro-brasileira. A partir desta análise, destacou-se que o racismo institucional manifesta através da herança de um sistema escravocrata, conforme destaca Sodré (2023), sendo refletido no sistema educacional através de práticas omissas, currículo eurocêntrico e baixa participação da comunidade escolar na tomada de decisões. Com isso, as escolas podem reforçar desigualdades ao invés de criar ações para resolvê-las.

Diante deste cenário, necessita-se de um fortalecimento de políticas públicas que garantam formação continuada com uma perspectiva antirracista, bem como o fomento de práticas pedagógicas que discutam acerca dos territórios, as culturas e vivências da população negra. Para isso, a gestão democrática com a participação da comunidade escolar se faz essencial para a elaboração do currículo e dos projetos políticos pedagógicos, incentivando uma educação mais justa e antirracista.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF:





IV SIMPÓSIO VIRTUAL DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIVERSIDADE

24 a 26 de novembro de 2025

SABERES, CIÊNCIAS
E TECNOLOGIAS
PARA A PROMOÇÃO
DA INCLUSÃO E
JUSTIÇA SOCIAL



Presidência da República, [2025]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. História e cultura afro-brasileira e africana na educação básica da Paraíba. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 79-98, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623661125>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FONTENELE, Zilfran Varela; CAVALCANTE, Maria da Paz. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. e204249, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046204249>. Acesso em: 11 abr. 2025.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57–73, set. 2019/fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logcion.2019v6n1.p57-73>. Acesso em: 17 jul. 2025.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QFdpZntn6nBHWPXbmd4YNQf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2007.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Revisitando e reconstruindo um conceito de gestão democrática da educação. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.8190. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/8190>. Acesso em: 11 abr. 2025.





IV SIMPÓSIO VIRTUAL DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIVERSIDADE

24 a 26 de novembro de 2025

SABERES, CIÊNCIAS
E TECNOLOGIAS
PARA A PROMOÇÃO
DA INCLUSÃO E
JUSTIÇA SOCIAL



VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

